

No passo do Curupira

Categories : [Reportagens](#)

Os prefeitos reclamaram, os deputados pressionaram e o Ibama já avisou: a liberação das Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) em Mato Grosso vai acontecer a partir do dia 2 de julho. “Os processos serão analisados e as empresas aptas receberão os documentos”, informou José Raimundo Martins, gerente executivo do Ibama em Juína (MT) em nome do interventor da Operação Curupira no estado, Elielson Ayres de Souza. Para ele, o saldo do primeiro mês de revolução no Ibama é positivo. “Depois das prisões iniciais, estamos na fase de reorganização institucional com a fiscalização ocorrendo normalmente e dando prosseguimento ao trabalho nas bases operativas do plano de combate ao desmatamento”, diz Martins.

Mas nem tudo são flores. O Ibama em Mato Grosso está em greve desde o dia 13 de junho, funcionando apenas internamente, segundo uma assessora. Com os servidores paralisados, os trabalhos de fiscalização prosseguem com o auxílio de equipes vindas de outros estados no início do mês passado. Um dos principais postos fica a cerca de 10 km de Cuiabá, no trecho da estrada que liga a capital ao norte do estado, o Trevo do Lagarto. Desde o dia 7 de junho, a fiscalização ali é no esquema de amostragem. “Surpreendemos os caminhoneiros em certos dias e horários para que eles não saibam quando iremos agir”, diz o chefe de fiscalização do Ibama/MT, Eduardo Engelmann. Em quase um mês de operação, foram apreendidos 18 veículos que, juntos, transportavam 660 metros cúbicos de madeira. As multas somaram 317.817 reais. Segundo ele, cerca de 70% da madeira ilegal vêm de cidades do norte do estado como Marcelândia, Paranaíta, União do Sul e Cláudio. O restante é procedente de Rondônia e até agora apenas um veículo apreendido veio do Pará.

Toda madeira recolhida é enviada para a Delegacia Especializada do Meio Ambiente e fica armazenada até que a Justiça decida seu destino. Na unidade, o que entra e o que sai é controlado de processo em processo. Ninguém consolida os números das apreensões. A delegacia, também não tem espaço no pátio para receber toda madeira ilegal. O jeito é deixar parte da carga num terreno baldio, para além dos muros da delegacia. E quem disse que isso é problema? “Desconheço que tenha havido alguma vez sumiço de carga apreendida”, conta o delegado responsável Wylton Massao Ohara, no posto há apenas uma semana. Antes dele, por um período de três meses, quem respondia pela unidade era Amilton Camargo, que também não vê empecilho na estocagem temporária da madeira na delegacia – ou melhor, fora dela. “Sempre foi assim. Alguém pode ocasionalmente passar e pegar um ‘pedaço de pau’, mas não uma grande quantidade”, diz ele, incrédulo sobre a eficiência da Operação Curupira. “Sabe o Curupira, que tem os pés virados para trás? Pois é, essa operação é mais ou menos assim. Fizeram um estardalhaço, mas poucas pessoas continuam presas e esse povo sempre volta a se organizar”.

É justamente isso que a nova gerência do Ibama quer evitar. Ainda em sigilo, Engelmann garante que novas ações já estão sendo pensadas e serão postas em prática assim que a greve dos

servidores terminar. Por isso, engana-se quem imagina que a Curupira já passou ou que a operação de combate à rede corrupção em órgãos do governo que cuidam do meio ambiente vai ficar restrita a Mato Grosso. As procuradorias do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalham junto com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, levantando dados sobre esquemas de corrupção semelhantes no Acre, Amazonas, Rondônia e Pará. “Onde terminarmos primeiro as investigações preliminares é que nós vamos agir”, diz o secretário de Florestas do MMA, Tasso Azevedo, se recusando a entrar em qualquer detalhe sobre futuras ações.

Mas a prioridade em Brasília é o Pará, vice-campeão do desmatamento no ano passado, atrás apenas do Mato Grosso. Na visão do governo, é lá e em Rondônia que se encontram os principais focos de corrupção em áreas governamentais encarregadas de disciplinar a estrutura fundiária no estado e fazer valer as regras que protegem a floresta. Qualquer ação no Pará, devido ao tamanho do desmate que anda ocorrendo por lá, teria impacto direto na redução dos níveis de desmatamento na região.

Colaborou Manoel Francisco Brito.